



Grupo Parlamentar



Exmo. Senhor
Presidente da Comissão de Economia,
Inovação, Obras Públicas e Habitação

Deputado António Topa

Assunto: **audição, com caráter de urgência, do Senhor Ministro das Infraestruturas e da Habitação, Pedro Nuno Santos**

A execução dos investimentos anunciados para a Ferrovia está atrasada e não corresponde às intenções demonstradas pelo Governo em período eleitoral.

De facto, notícias recentes dão conta de atrasos e/ou cancelamentos em pelo menos 18 obras prioritárias contempladas no Programa Ferrovia 2020.

Em declarações recentes, prestadas pelo Ministro das Infraestruturas e da Habitação à comunicação social, foram reconhecidos os atrasos, e, no caso concreto da eletrificação da Linha do Douro, entre o Marco de Canaveses e a Régua, referido que não terá havido um cancelamento, mas sim um adiamento da empreitada, devido à "pouca qualidade" do projeto existente, tendo levado à necessidade de contratação de um novo projetista. O Primeiro-Ministro havia anunciado, há apenas dois meses, que a eletrificação deste troço teria início no final do ano de 2019 e que estava "previsto já no Programa Nacional de Infraestruturas que [prosseguisse] a eletrificação até ao Pocinho"

Abundam as notícias sobre supressões e atrasos no transporte ferroviário: em Maio de 2019, foram suprimidas 60 ligações devido à falta de material circulante, facto confirmado pela CP – Comboios de Portugal. Na Linha do Oeste, em 2018, a CP eliminou 12 comboios, entre os quais 4 a sul das Caldas da Rainha e 6 entre as Caldas da Rainha e Leiria, devido à excessiva degradação das composições e, mesmo assim, a supressão de ligações continuou a prevalecer.

Os casos supramencionados são ilustrativos de uma realidade generalizada, em que a execução dos investimentos se protela no tempo e não corresponde às intenções divulgadas pelo Governo. Em período de pré-campanha eleitoral, ainda em setembro de 2019, o Primeiro-Ministro referia que

Essa tem de ser uma grande prioridade do país. Continuar a investir na ferrovia, continuar a investir no transporte público, porque, só assim, podemos alcançar esta meta de em 2030 termos uma redução de 40% das emissões de CO2, a partir do setor dos transportes.

Só relativamente à ferrovia, está aberto um concurso para a aquisição de novas composições e, finalmente, uma medida essencial para a promoção do transporte público e para a melhoria do rendimento das famílias, que foi o programa de redução do tarifário, com a criação do passe único.

Sendo certo que os dados disponíveis evidenciam os transportes como uma das principais fontes de gases com efeito de estufa, é necessário executar atempadamente os investimentos na ferrovia, não só para que se atinjam rapidamente os objetivos de índole climática, mas também para que o nível de serviço fornecido pelos operadores possa ser restabelecido, mediante o substancial aumento da procura registado, que tanto prejudica a rotina diária dos utilizadores dos transportes públicos.

Assim, e tendo em conta as informações contraditórias que têm vindo a público quanto ao grau de execução dos investimentos e cumprimento dos planos, o Grupo Parlamentar do CDS-PP vem requerer a audição, com caráter de urgência, do Ministro das Infraestruturas e da Habitação nesta Comissão.

Com os melhores cumprimentos,

A Deputada



Assunção Cristas